

1 **NMIKI,9IKCONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA Nº 004/2017**

3 **DATA: 16 de fevereiro de 2017**

4 Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às 18h30min, no Auditório
5 da Secretaria Municipal de Saúde, situado no térreo da Av. João Pessoa, 325, nesta
6 Capital, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de
7 Porto Alegre – CMS/POA, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal
8 de Saúde de Porto Alegre – CMS/POA. **Abertura: A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
9 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:**
10 Eu, Mirtha da Rosa Zenker, Coordenadora deste Conselho, no uso das atribuições que me
11 são concedidas pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142/90, pela Lei Complementar nº 277/92, pela
12 Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo
13 Regimento Interno deste Conselho, aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão
14 ordinária do Plenário do dia 16 de fevereiro de 2017. **Faltas Justificadas:** 1)Salette
15 Camerini; 2)Vera Regina Puerari. **Conselheiros Titulares:**1)Adriane da Silva; 2)Adelto
16 Rohr; 3)Alberto Moura Terres; 4)Alcides Pozzobon; 5)Alessandra Lemes Gemeli; 6)Aloísyo
17 Schimidt; 7)Alzira Marchetti Slodkowski; 8)Ana Paula de Lima; 9)Arisson Rocha da Rosa;
18 10)Carlos Miguel Azevedo da Silva; 11)Darci Antônio Santo de Lima; 12)Djaira Corrêa da
19 Conceição; 13)Eduardo Karolczak; 14)Erno Harzheim; 15)Gilberto Binder; 16)Gilmar
20 Campos; 17)Ireno de Farias; 18)Jair Gilberto dos Santos Machado; 19)Jairo Francisco
21 Tessari; 20)Jandira Roehrs Santana; 21)Janete Mariano de Oliveira; 22)João Alne
22 Schamann Farias; 23)Juliana Maciel Pinto; 24)Jussara Rosa Cony; 25)Loreni Lucas; 26)Luiz
23 Airtton da Silva; 27)Marcia Maria Teixeira da Rosa; 28)Marcio Eduardo de Brito; 29)Maria
24 Angelica Mello Machado; 30)Maria Eronita Sirota Babosa Paixão; 31)Maria Leticia de
25 Oliveira Garcia; 32)Maria Lúcia Shaffer; 33)Mirtha da Rosa Zenker; 34)Nesioli dos Santos;
26 35)Pablo de Lannoy Sturmer; 36)Paulo Roberto Padilha; 37)Rejane Cerqueira Barbosa da
27 Fontoura; 38)Roger dos Santos Rosa; 39)Rosa Helena Cavalheiro Mendes; 40)Rosemari de
28 Souza Rodrigues; 41)Sandra Maria Natividade Thomaz de Oliveira; 42)Thiago Frank;
29 43)Vera Lúcia Trevisol. **Conselheiros Suplentes:** 1)Aline Laitano; 2)Caroline Detofoli;
30 3)Clevi Elena Lagni; 4)Rosangela Lima Collazioli; 5)Waldir Albuquerque. Boa noite a todos e
31 a todas. Nós já estamos com a presença do Dr. Daniel Toledo, do Tribunal de Contas da
32 União, com uma solicitação dele de poder estar iniciando com a pauta, porque ele tem um
33 compromisso às 20 horas. Eu vou ler o que nós temos dentro do regramento, que seria um
34 parecer e 08 pessoas inscritas para informe. Então, eu coloco em votação da plenária se
35 podemos inverter a pauta, colocar como pauta inicial o Relatório do Tribunal de Contas da
36 União sobre a política dos laboratórios de análises clínicas da Secretaria Municipal de
37 Saúde agora, neste primeiro momento da plenária e após a gente realiza a votação do
38 parecer e dos informes. Então, eu vou colocar em votação. Em regime de votação quem
39 aprova a troca de pautas. Por favor, Dja, conte para nós. (Contagem de votos: 31 votos
40 favoráveis). Contrários levante seu crachá. Abstencões? Uma abstenção. Está APROVADA
41 a nossa inversão da nossa rotina de plenária. Então, eu convido o Dr. Daniel Toledo, do
42 Tribunal de Contas da União para fazer a apresentação. Após a gente abre para o plenário.
43 Então, seja bem-vindo. Fique à vontade, pode sentar. Então, agradeço pela disponibilidade
44 de vir até o nosso Conselho Municipal de Saúde para apresentar o relatório. **PAUTA:**
45 **RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE A “POLÍTICA DE**
46 **LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SMS”. O SR. DANIEL TOLEDO –**
47 **Tribunal de Contas da União:** Boa noite, pessoal. Eu agradeço por esta pauta. Muitíssimo
48 obrigado por terem agendado. Quero me apresentar, Secretário, que já nos conhecemos lá
49 do Telessaúde. Enfim, estamos aí junto com o Conselho. Bom, eu fui convidado aqui para
50 apresentar um relatório que fizemos de um trabalho que chegou a nós por meio do
51 Conselho Municipal de Saúde. A representação do Conselho Municipal de Saúde foi feita a
52 nós sobre a política de análises clínicas laboratoriais aqui no Município de Porto Alegre. Eu
53 sou do Tribunal de Contas, é o que chamamos de uma representação, o Conselho

54 Municipal de Saúde tem legitimidade para representar ao Tribunal, assim como qualquer
55 cidadão para denunciar no Tribunal, isto é direito de todo o cidadão. E os requisitos que eu
56 explico agora, que estão nos slides, mas se não preenche os requisitos e ainda sim o
57 Tribunal entende que há elementos para ir a fundo, ele mesmo se coloca, ele mesmo dá
58 andamento na análise daquele assunto. E não precisou isto, porque o relatório na época, do
59 grupo de trabalho aqui do Conselho. Ele preencheu os requisitos, passou pela análise, foi
60 um assunto em várias plenárias. Então, vou apresentar a vocês, vou fazer um breve resumo
61 do que foi essa representação do Conselho na época, que trata dos exames laboratoriais,
62 laboratórios públicos e privados, de 2011 a 2013. A nossa análise se baseou nesse triênio,
63 é o escopo do nosso trabalho. Para isso nós consultamos todos os dados da Secretaria
64 Municipal de Saúde, o processo tem mais de 124 peças, vários megabytes de arquivo para
65 poder saber se aquilo que o Conselho e o grupo de trabalho do Conselho propôs para
66 representação era o que estava sustentado nos dados dos exames laboratoriais da
67 Prefeitura, os seus laboratórios ou laboratórios públicos de outras esferas, estaduais e
68 federais, ou do Laboratório Central, privados ou sem fins lucrativos. Então, vou dar
69 andamento. Só me apresentando, eu sou o Daniel, do Tribunal de Contas da União,
70 atualmente exerço a Diretoria... Esta terceira diretoria da nossa Secretaria aqui, que se situa
71 no 20º andar do edifício do Banrisul, que um dos temas é saúde. Conforme eu falei, o início
72 deste trabalho foi este relatório desse grupo de trabalho aqui do Conselho. Quais eram as
73 principais alegações e denúncias desse relatório? O sucateamento da estrutura pública
74 visando terceirizar os serviços de exames, diagnósticos e análises clínicas, bem como os
75 indícios de favorecimento a determinados laboratórios. Então, a partir desses dados a
76 Secretaria efetuou o levantamento da condução desses exames no período de 2011 a 2013.
77 Foram extraídos e consolidados mais de 900 mil registros, disponibilizados pelo DataSUS.
78 Os requisitos que constam na lei do Tribunal de Contas, a matéria tem que ser, obviamente
79 de competência do Tribunal, saúde é competência do Tribunal. Essa representação tem que
80 estar redigida em uma imagem clara, objetiva, o representante tem que ter legitimidade, que
81 é o caso do Conselho e ser acompanhado dos indícios das irregularidades. Fora isso o
82 Tribunal por conta da sua estrutura é capilar às 26 capitais da federação, entre elas nós
83 temos uma Secretaria com 26 auditores no Estado do Rio Grande do Sul para tratar todos
84 os temas que envolvem recursos públicos federais, não só municípios e estados, entre as
85 cidades aqui, os hospitais, mas qualquer empresa privada que administre por meio de
86 convênios, pode ser, deve ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas também, pelos 26
87 auditores. Com isso a gente procura trabalhar com planejamento e naquilo que a gente
88 considera que vá trazer mais benefício para a sociedade. Então, isto está na lei do Tribunal,
89 o Tribunal trata de repercussão geral, de interesse coletivo. Alguém que não recebeu algum
90 valor de uma Prefeitura com dinheiro federal, que denuncia ao Tribunal, isso não é com o
91 Tribunal, isso é com o Judiciário. O Tribunal de Contas da União fiscaliza recurso público
92 que vem da sociedade civil e não do privado. Então, o problema de um médico que está lá é
93 assunto do Tribunal de Contas. Isso é um assunto de improbidade administrativa, que o
94 Ministério Público, alguém vai processar. A gente está preocupado, tenta focar a nossa
95 atuação de coisas que sejam mais conjunturais, regulação das secretarias de saúde, os
96 hospitais federais. Porto Alegre tem a benção de ter dois hospitais federais, o Clínicas e o
97 Conceição, não é qualquer cidade que tem isso, que são o foco da nossa atuação, o foco da
98 nossa prioridade também, os hospitais, sejam federais, porque envolvem recursos para a
99 saúde. Agora a gente entra no relatório, as evidências, naquilo que concluímos, baseado
100 naquele relatório inicial aqui do Conselho. Fizemos todas as análises e emitimos um
101 relatório com as principais irregularidades. A gente vai dividir em três, aí eu separei,
102 acórdão é este 7.521/2016, eu separei em três. O acórdão foi redigido de uma forma, do
103 que é falado das irregularidades e após, o que o Tribunal propõe para o futuro. Então, a
104 atuação do Tribunal se divide em quem é punitivo, vamos ter que punir o passado, a
105 conduta de um gestor, a conduta de pessoas, e nisso nós estamos falando de passado,
106 mas ele tenta por conta do art. 71 da Constituição, de desenvolver a administração pública,
107 buscando a eficiência, a regularidade. Ele tenta olhar para o futuro e tenta conduzir o

108 caminho. E aqui o que a gente buscou? Dar um caminho para a Prefeitura, o novo
109 Secretário está aqui, tentar um caminho para a Prefeitura nesse aspecto, nesse assunto de
110 aproximação com o Conselho Municipal de Saúde e de empoderamento do Conselho
111 Municipal de Saúde, que não significa o rebaixamento da Secretaria Municipal de Saúde. É
112 o que diz a lei, é o que diz o Ministério da Saúde, é o que dizem todos os indicativos legais.
113 O que não tem como se furta, isso é público, está nos autos, o que nos assustou deste
114 processo, ao longo deste processo, as justificativas dos gestores públicos passados.
115 Quando nós colocávamos aqueles números ali, a Lei nº 8080, a lei número tal do Ministério
116 da Saúde, a defesa da Prefeitura era dizendo que não, que a Prefeitura não se submete a
117 portarias, à própria Lei nº 8080 para regulamentar esta relação entre o Conselho Municipal
118 de Saúde. Isso é assustador, isso me entristece. Ao final, quando eu falar o caminho que
119 nós vamos adotar, o monitoramento, este trabalho que planejamos para fazer uma visita à
120 prefeitura, dar início em item por item, aproveitando o início de uma nova administração, de
121 ótima relação com o Conselho. Eu dividi, então, mostrando esse tipo de irregularidade e no
122 slide seguinte a recomendação do Tribunal para o futuro. Então, foi concluído que realmente
123 havia o predomínio de condução laboratorial por parte de laboratórios privados. Além disso,
124 encontraram normativas legais, laboratórios com fins lucrativos em detrimento a laboratórios
125 sem fins lucrativos. Então, o 171... É ruim este número, mas é o número do acórdão...
126 (Risos da plenária). É o predomínio sobre a rede pública e eu deixei os originais para que
127 vocês possam visualizar. A produção de exames nesses planos, descumprindo as normas
128 estabelecidas. A rede privada tem que ser complementar à rede pública e não prioritária em
129 relação à rede pública, ainda mais quando há laboratórios, aí mesmo tem um ato
130 justificativo. O 172, o aumento da terceirização de exames. Aí fala exemplo, um crescimento
131 de 16% em relação a 2011 em privados, reduzindo a participação da rede pública municipal,
132 decréscimo de 19% sem que se tenha demonstrado, e aí é o importante, administração
133 pública tem que ser pública e as ações têm que ser fundamentadas em estudos,
134 submetidos aqui ao Conselho Municipal de Saúde. Por que foi reduzido? Pode ter a
135 justificativa, mas tem que ser demonstrado e não foi demonstrado. A necessidade de
136 expansão, não foi demonstrada a impossibilidade de expansão da rede pública, ao
137 contrário, foi demonstrado que o principal laboratório, o LABCEN, a sua capacidade foi
138 reduzida em menos da metade. Segue na mesma linha de irregularidades a respeito, o
139 predomínio dos laboratórios privados sobre a rede pública. O aumento da terceirização, a
140 favor de laboratórios privados. E a recomendação, o outro nível do acórdão, só para ficar
141 didático eu reuni o que é irregularidade e aquilo que o Tribunal está propondo. Depois eu
142 explico porque a nomenclatura é recomendação e não determinação, que impactos isso
143 causa, o que pode fazer com isso ou não. Ele recomenda quanto à participação da iniciativa
144 privada seja somente em caráter para orientar, desde que concretamente demonstrada a
145 insuficiente disponibilidade para garantir a cobertura assistencial à população e a
146 impossibilidade entre ação de serviço público, observando-se a preferência das entidades
147 filantrópicas a entidades com fins lucrativos. Agora é um item que tem a ver com o
148 relacionamento, e é aqui que eu acho que o Tribunal tenta mostrar o caminho de relação do
149 Conselho Municipal de Saúde e o Município ou com a sua Secretaria Municipal de Saúde.
150 Isso não é opinião do Tribunal, isso é o que consta nas normativas de lei e do Ministério da
151 Saúde. Não submissão, a irregularidade foi – não submeter ao Conselho Municipal de
152 Saúde a política de complementação de diagnósticos em laboratórios clínicos e não
153 inclusão no plano de saúde municipal; descumprindo a portaria tal, tal e tal. De novo, a
154 justificativa da Prefeitura, dos gestores anteriores, infelizmente, é de chorar, é de chorar
155 porque não temos o que fazer. Agora, a solução proposta é a realização previa de
156 audiências e consultas públicas que incentive a participação popular, de forma a dar
157 cumprimento à Lei Complementar nº141. A inclusão do Conselho Municipal de Saúde na
158 formulação da estratégia, de forma a cumprir com o art. 1º da Lei nº 8142 e o art. 194 da
159 Constituição Federal. Aprovação da necessidade de implementação pelo Conselho
160 Municipal de Saúde e inclusão no Plano Municipal de Saúde, essa política de análises
161 clínicas. Qual é a quantidade de exames prevista? Quais tipos? Por quê? H1N1 está

162 previsto tantos, o nosso laboratório tem capacidade para tantos, a gente vai priorizar tantos;
163 mas para quem vai priorizar? Como é, chamamento público? É por assinatura de contrato?
164 Que também não existia. Elaboração de plano operativo que integre todos os ajustes entre
165 o ente público e a instituição privada, contendo elementos que demonstrem a utilização da
166 capacidade instalada necessária ao cumprimento do objeto do contrato. A fiscalização do
167 contrato, o sistema tem que estar claro, porque eu tenho que pagar aquilo que eu realmente
168 deveria pagar, com a efetiva comprovação da produção do laboratório privado. Bom,
169 também se analisou a formalização dessa terceirização para os privados, não havia
170 formalização. Terceirizavam com a ausência de licitação ou de processo seletivo público
171 para credenciamento de laboratórios privados, que não havia formalização de instrumentos
172 de contratos com os prestadores de serviço, também com as normativas legais ali expostas.
173 Existem vários privados, mas por que aqueles privados? Tem que ter um orçamento
174 público, licitação, tem que estar tudo assinado para pactuar e efetivamente cumprir. Não se
175 verificou isso também. E a recomendação, é óbvio, com seleção de prestadores por meio de
176 licitação, processo seletivo público de credenciamento, estabelecendo os critérios que
177 garantem isonomia, de modo a atender o princípio da impessoalidade, formalizando os
178 instrumentos de contrato de acordo com a Lei nº 8080. Esse é o trabalho. Agora o relator
179 tomou um caminho um pouquinho diferente do que nós tínhamos proposto, no sentido de
180 analisar o porque dessa conduta por parte do gestor anterior e já colocou direto esse
181 acórdão, olhando para o futuro. O que nós temos, então, do Tribunal é um acórdão que olha
182 e propõe uma relação, uma ação da Secretaria Municipal de Saúde em relação a esse
183 laboratório, e aqui vem um desconhecimento de como está isso em 2015, 2016 e 2017,
184 como está isso hoje. Esse é o objetivo, é estreitar contatos com a Secretaria de Saúde, para
185 a gente poder falar de assuntos mais atuais, do que foi feito pela gestão anterior ainda em
186 2016, mas para olhar para frente e caminhar para que isso não se repita. Falando em
187 recomendação o Tribunal monitora todas as suas determinações e/ou recomendações e faz
188 aos seus auditados. Entretanto, a gente coloca ali no final do relatório que este é o caminho
189 de empoderamento do controle social. Vocês tem este acórdão agora para se relacionarem
190 com a Secretaria Municipal de Saúde no que se refere a este termo. Esta é a opinião do
191 Tribunal, pelo melhor, que deva cumprir. Então, o controle social ajuda este acórdão, a
192 atuação do Conselho Municipal de Saúde com este acórdão é que se apure a realidade. O
193 nosso monitoramento sobre isto vai depender de como vai ser o nosso estreitamento com a
194 atual administração e a gente vê sinalizações. A evolução disso, suponhamos que nada
195 aconteça por questões atuais ou por medidas anteriores, aí o Tribunal pode subir na escala,
196 porque ele fala, ele emite, são consequências da repetição do movimento. Tentamos
197 resolver primeiro por meio de recomendações, determinações, com a ciência da
198 irregularidade, a partir daí para questões mais pesadas. Estou à disposição para dúvidas, fui
199 bem sucinto. Disponibilizamos o relatório, tem aqui todos os nossos contatos e fico à
200 disposição de todos agora e sempre. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação**
201 **de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Obrigada.
202 Eu vou passar a palavra ao Erno. Nós agradecemos, é um assunto que já foi pauta diversas
203 vezes, primeiro como denúncia, depois com os retornos, agora a gente está recebendo o
204 retorno do relatório do Tribunal de Contas da União. E vou passar a palavra ao Secretário,
205 depois abro para inscrição. **O SR. ERNO HARZHEIM – Secretário Municipal de Saúde e**
206 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Boa noite a todos. Muito obrigado pela tua visita.
207 Muito obrigado por ter vindo apresentar um resumo do relatório, nós temos ele, já fizemos a
208 leitura. Nós temos feito uma série de visitas a vários órgãos ligados á justiça. Ontem nós
209 fomos à Defensoria Pública, já visitamos o Ministério Público Estadual, fomos ao Ministério
210 Público Federal e vamos agendar visita a vocês também. Não exatamente com o foco deste
211 relatório, precisamos ter uma aproximação desses entes importantes para a gestão da
212 saúde na Cidade. Vários itens apontados já foram de alguma forma corrigidos e não pela
213 nossa gestão, mas pelas gestões anteriores. Hoje os laboratórios privados que prestam
214 serviço para nós é através de um chamamento público, ele foi feito em 2013, iniciou mais
215 tarde, em 2015 essa prestação de serviço, mas já é uma adequação à recomendação do

216 relatório de vocês. Tem estudo de estimativa no passado com um volume de exames com
217 uma base histórica. No nosso ponto de vista da gestão atual tem que ser ainda mais
218 embasado em dados, tanto de necessidade das pessoas, como o uso correto dos exames.
219 Na verdade, nós vamos publicar na semana que vem a lista de exames de imagem, lista de
220 espera por exame de imagem, pessoas que esperam por exames de imagem aqui na
221 Secretaria Municipal de Saúde. Vocês vão ver os dados, para alguns exames tem muitas
222 pessoas esperando e é difícil imaginar porque tem tantas pessoas esperando por um exame
223 e tem medicação tão baixa. Então, isso acontece no que a gente já comentou da internação
224 das crianças e adolescentes no PACS. Por que internam tantas crianças? Às vezes é
225 problema no processo de atendimento, que há uma superindicação de internação. A gente
226 sabe que na prática médica atual no Brasil há uma superindicação de exames dentro do
227 sistema público, fora o sistema público. Isso é um problema não só de custo e
228 financiamento, mas o dano que um exame desnecessário pode causar na saúde da pessoa.
229 Vocês sabem que é uma preocupação de todos a questão de fazer prevenção em saúde,
230 que tem uma questão chamada “prevenção quartanária”, que é evitar que a pessoa seja
231 submetida a um procedimento médico que possa lhe causar prejuízo. Isso pode ser um
232 tratamento, um exame, uma cirurgia e esse prejuízo é muito bem definido hoje em dia pala
233 ciência médica. Então, às vezes é mais fácil terminar uma consulta com uma folha de
234 exames do que com um pouco mais de tempo, com uma avaliação mais integral do
235 problema da pessoa que está ali na frente. Isso tem que ser avaliado, essas listas de espera
236 tem esse grau de artificialidade. A Letícia está elaborando desde o ano passado a política
237 de assistência laboratorial, a Letícia é a responsável pela assistência laboratorial na
238 Secretaria, assim como a política de saúde mental que nós tivemos a reunião, já tínhamos
239 combinado com o GT esta semana, a gente definiu tarefas para o GT e para o Gabinete,
240 para ter um novo desenho da política não muito diverso, porque está posto, mas com alguns
241 detalhamento e profundidades. E assim que a gente tiver este trabalho da Letícia revisado
242 pela gestão atual vamos apresentar a vocês. Nós temos um regimento para ser aprovado
243 da nova comissão de cadastros e insumos, equipamentos para a rede de laboratórios, este
244 é um dos problemas, a composição dessa comissão e talvez uma falha do processo de
245 trabalho dessa comissão. Então, tem regimento novo, que inclusive impede que as pessoas
246 que estejam diretamente vinculadas com a prestação de serviço do laboratório façam parte
247 desta comissão. Então, são as primeiras estratégias para as quais temos algumas
248 respostas, que não são da nossa gestão, são as respostas da gestão anterior, que e acho
249 que terá um bom caminho de tentar qualificar este trabalho da assistência laboratorial, que
250 tem falhas como algumas dessa apontadas pelo Tribunal de Contas. Em relação a como vai
251 realmente se dar a assistência laboratorial do Município, isso a gente não tem uma resposta
252 fechada ainda. Nós temos hoje 46 dias de gestão, é pouco tempo, se a gente cuidasse só
253 da assistência laboratorial tenho certeza que estaria resolvida, mas é um pouco mais o
254 trabalho da Secretaria Municipal de Saúde, ainda por cima porque envolve uma questão
255 que é lenta dentro da estrutura pública, que é a questão de chamamento público, contratos
256 e licitações. Então, estamos em tempo de passar isso a limpo, revisão os contratos, mesmo
257 tendo o trabalho de vocês nós vamos fazer o nosso, saber se todos contratos ativos têm
258 uma base sólida, se o que está sendo entregue está sendo contratado. A partir de
259 dezembro a produção começou a ser individualizada e não mais agregado, que é uma das
260 maneiras de conseguir controlar a produção que os laboratórios afirmam ter sido produzida.
261 Outra questão é a ausência de um sistema de informação em relação à gestão do
262 laboratório. Tem uma proposta da PROCEMPA de criar mais um sistema próprio aqui na
263 Prefeitura. A gente tem uma lista de 15 a 20 sistemas próprios para a PROCEMPA
264 desenvolver nos próximos 50 anos para atender as necessidades atuais da Secretaria
265 Municipal de Saúde. Não é possível que a gente espere que a PROCEMPA sozinha consiga
266 desenvolver e integrar todos os sistemas que existem ou deveriam existir. Então, vamos
267 focar os sistemas que estão dando bons resultados e tem um bom desempenho. Este
268 problema aqui tem 6 anos pelo menos, é impossível querer que em 45 dias a gente consiga
269 responder a um problema que aqui dentro tem 6 anos de duração. Isso não quer dizer que a

270 gente se furta a responder, mas a gente precisa de um tempo com base racional, legal e de
271 gestão, que pensa não no hoje, mas no amanhã e o que a gente vai fazer. Eu acredito
272 também que por muitas vezes as decisões que foram tomadas, principalmente quando a
273 gente avalia todos os contratos que levam 80% do nosso recurso, foram feitos sem pensar
274 muito no que acontece no dia de amanhã. Então, a gente tem algumas falhas nos contrato.
275 A gente tem um comprometimento de diversos contratos que nos colocaram em uma
276 situação de endividamento frente aos prestadores. Então, qualquer solução que tenha que
277 ser dada por problema dos laboratórios ou de qualquer outra necessidade, a partir desta
278 gestão vai ser dada com um pensamento muito claro para não comprometer o próximo
279 colega. Parece que isso não foi um fato muito marcado nos últimos anos. A gente está com
280 uma capacidade de herdar dívidas, que podem inviabilizar o trabalho da Secretaria
281 Municipal de Saúde. Então, a gente não pode comprometer a colocar recursos de uma
282 monta vultosa, porque a gente vai receber um recurso do Ministério não sabendo se a gente
283 vai ter recursos de contrapartida e vocês sabem que muitos dos convênios e financiamentos
284 que nós temos com o Ministério da Saúde funcionam um para um, um para dois, um para
285 três, as pessoas assinam os contratos, assumem convênios. Isso cria uma expectativa da
286 população de – Ah, que legal! Então, se tem a metade do dinheiro para a obra o Ministério
287 vai dar e a outra metade a Prefeitura vai colocar. Quando foi assinado não tinha dinheiro e
288 nenhuma previsão, isso não pode ser feito, se isso foi feito é um problema que transborda e
289 todos os outros. Então, a gente vai apresentar uma solução para a questão dos laboratórios.
290 Ao mesmo tempo a gente tem uma avaliação, também é responsabilidade de uso de
291 recurso, que a gente investe neles e o retorno que a gente tem não é igual a um
292 investimento. A capacidade de respostas dos nossos laboratórios próprios instalada é muito
293 maior do que o número de exames que a gente tem. Então, isso é um problema de gestão
294 do próprio laboratório. A gente tem que primeiro melhorar a gestão do laboratório próprio
295 para ver que resposta ele pode dar, se é que ele pode dar esta resposta. É isso... Ah, dia
296 26/12/2016, na gestão anterior, foi determinada a sindicância administrativa relacionada aos
297 laboratórios. Dia 09/02 foi instalada a sindicância. Eu não sei quanto tempo demorou a se
298 determinar a instalação da sindicância, mas em 39 dias instalamos a sindicância. Eu acho
299 que o Sindicato dos Municipários já foi informado, a lista das pessoas que vão ser
300 chamadas também já foi formatada e o trabalho desta sindicância está em andamento,
301 sendo acompanhado prioritariamente pela Letícia, que é a pessoa responsável, que me
302 relata o andamento dela. Então, já é uma resposta em 45 dias de um problema que vem há
303 6 anos. Obrigado. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
304 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA: Gilmar. O SR. GILMAR**
305 **CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro:** Secretário, quando assumimos os ônus assumimos
306 os bônus. Então, não adianta o senhor chorar, o senhor sabia quando assumiu se tem
307 dívida ou não, infelizmente, a coisa funciona assim. A minha pergunta é assim, gostaria de
308 saber, pelo que eu entendi os outros, os anteriores, não vai acontecer nada com eles, não
309 vão ser punidos, não vão recebe nada assim? Os outros dois secretários. Eu estou
310 perguntando ao Tribunal de Contas. Pelo que eu entendi na sua conclusão é de lá para cá.
311 Quer dizer, os outros dois secretários que passaram, não vai acontecer nada com eles? **O**
312 **SR. DANIEL TOLEDO – Tribunal de Contas da União:** Foram analisados três anos, 2011,
313 2012 e 2013. Gilmar, esse trabalho se propôs em analisar esses três anos. Tinha o relatório
314 do próprio Conselho, que mencionava esse período. As conclusões que eu apresentei são
315 desses três anos. Como eu disse, foi julgado encaminhar diretamente à Primeira Câmara,
316 que emitiu este relatório, este acórdão aqui, que olhe para frente, que olhe para o futuro. Se
317 a nossa opinião, a sua opinião for que de houve problema de gestão de alguns gestores,
318 este trabalho e este acórdão não o fez. O processo é público, está lá. É o que foi acordado,
319 emitindo um acórdão que olha para frente, que olha para a relação do Conselho com a sua
320 Secretaria daqui para frente. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de**
321 **Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Vamos fazer
322 um bloco de perguntas e depois tu respondes. Pode ser, Daniel e Erno? Terres e depois o
323 Humberto. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:**

324 Primeiramente, eu quero parabenizar o Daniel pelo excelente trabalho. Eu o chamo de
325 Daniel porque liguei tantas vezes, mantivemos tantos contatos, não é, Daniel? Vínhamos
326 conversando, perguntando como estava o relatório. Então, fomos muito insistentes com o
327 Daniel, ligando, quando eu ligava ele já sabia o que era, já vinha conversar conosco a
328 respeito, foi sempre muito receptivo a nossa insistência a respeito dos laboratórios. É
329 porque nós brigamos, o Daniel sabe, aqui neste Conselho desde 2004, cobrando isso dos
330 gestores anteriores. Este relatório do Tribunal de Contas da União vem complementar o
331 relatório do Tribunal de Contas do Estado, que nós apresentamos aqui, também indo na
332 mesma direção, apontando as irregularidades sérias promovidas pela gestão anterior. Nós
333 denunciemos, nós brigamos, não apenas por denunciar, mas denunciemos no sentido de
334 defender o dinheiro público que é de cada cidadão, não só desta Cidade, mas do país. Isto
335 é dinheiro do Sistema Único de Saúde. Então, o trabalho do GT, que foi aprovado aqui
336 neste Conselho Municipal, que encaminhou e a inadmissibilidade feita pelo Tribunal de
337 Contas que colocou aqui de que foi um trabalho entregue, digamos assim, com uma
338 qualidade. Isso é resultado deste Conselho aqui, porque o Conselho aprovou este GT, o GT
339 se esmerou em fazer o trabalho e entregar para o Tribunal de Contas da União, Tribunal de
340 Contas do Estado, Polícia Federal, para todos. Eu acho que nós vamos ter que voltar para a
341 Polícia Federal com o resultado desse Tribunal de contas da União e do Estado. E a
342 pergunta do Gilmar é pertinente, Daniel, porque sabemos que a tua posição é diferente do
343 ministro, porque o ministro fez um julgamento político e não um julgamento técnico da forma
344 como vocês fizeram. Vocês analisaram tecnicamente. O nosso Tribunal de Contas da
345 União, também do Estado, viu o desvio de verba pública dentro da Secretaria Municipal de
346 Saúde na questão dos laboratórios. O Tribunal de Contas do Estado aponta o desvio de 43
347 milhões que não foram comprovadas as realizações dos exames. Esses 43 milhões é do
348 Sistema Único de Saúde. É isso que nós vamos ter que ver, Companheira Jussara Cony, de
349 que forma nós vamos ter que fazer esta cobrança, porque não podemos deixar impunes
350 aqueles que pegaram e malversaram o dinheiro público. Isso este Conselho não pode
351 deixar. Se nós chegamos até aqui com este resultado, este é resultado deste Conselho, do
352 controle social. Nós não podemos deixar que isto vá simplesmente na linha do Ministro, que
353 resolveu fazer um julgamento político: não, vamos recomendar daqui para frente e o resto
354 esquece. Nós não podemos esquecer. Então, Coordenação do Conselho, eu acho que nós
355 vamos ter que daqui para frente, porque já tem encaminhamentos sobre isto, a partir do
356 Tribunal de Contas do Estado a gente tem que dar um encaminhamento que não podemos
357 aceitar o que aconteceu aqui. Por outro lado, é importante ouvir o Secretário. Secretário, o
358 senhor está iniciando agora nesta gestão, este governo está iniciando agora, porque o
359 governo anterior a cada troca de secretário dizia o seguinte: “Nós estamos iniciado agora”,
360 quando, na verdade, o governo era o mesmo, desde 2004. Sempre que troca de secretário:
361 “Nós estamos iniciado agora”. Então, estamos lhe dizendo agora, eu lhe faço uma
362 pergunta muito direta, porque o senhor já está me conhecendo, eu sou um camarada muito
363 direto, muitos não gostam disso, né, mas eu sou muito direto. A posição da Secretaria...
364 (Sinalização de tempo esgotado). Eu vou concluir e depois me reinscrevo. A posição do
365 Secretário deste Governo é de fortalecer os laboratórios públicos e contra a terceirização ou
366 é de terceirizar, manter a terceirização? Quero uma resposta simples: terceiriza ou investe
367 nos laboratórios públicos. É neste sentido que este relatório aponta e neste Conselho já
368 houve a posição contra a terceirização... (Sinalização de tempo esgotado). Não só a
369 terceirização dos laboratórios, mas a terceirização da saúde. Então, para mim é uma
370 resposta simples, que poderá se resolver em dois, três, quatro, cinco meses, até um ano,
371 mas tem que ter uma posição, favorável ou contra a terceirização. **A SRA. MIRTHA DA**
372 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
373 **Coordenadora CMS/POA:** Solicito que cumpra o tempo estipulado de 3 minutos de
374 questionamento. Humberto. **O SR. HUMBERTO JOSÉ SCORZA – CDS**
375 **Glória/Cruzeiro/Cristal:** Olha, eu quero brindar aos questionamentos feitos. Eu não tenho a
376 formação jurídica, mas nós tivemos consciência de todo o trabalho feito, de tudo aquilo que
377 foi pesquisado e constatado, que culminou em recomendações. Nós temos ciência do papel

378 do controle social, tanto que todo este processo começou através do controle social. E a
379 minha preocupação era que eu enquanto cidadão, se tenho alguma dívida tenho que pagar.
380 Como fica essa história agora, que foi muito bem colocada depois pelo Terres, dessa
381 evasão de dinheiro público? Quer dizer, se houve progresso e se instalou em sindicância e
382 tudo, mas na prática nós vamos ficar sempre com as recomendações e o que se faz com
383 quem usa mal o dinheiro público? Isto mas preocupa. **O SR. DANIEL TOLEDO – Tribunal**
384 **de Contas da União:** Eu não vou emitir a minha opinião, em relação a gestor ou ex-gestor.
385 Agora, dentro da unidade técnica do Tribunal, assim, quando se fala que não houve
386 comprovação desses 43 milhões que o Terres falou, isso é muito mais comum do que se
387 imagina, isso não é na análise de 2011 a 2013 no Município de Porto Alegre, isso acontece
388 todos os meses nas relações de saúde todos os municípios, do Estado, nas secretarias, nos
389 hospitais contratualizados. Agora, isso significa desvio? Não necessariamente, isso significa
390 que está tendo uma relação com o poder privado e que não está analisando para fazer seus
391 pagamentos. Não quer dizer que seja desvio. Está se dizendo que há um mau controle
392 desses contratos assinados. Quando a gente faz uma obra em casa paga o nosso pedreiro
393 antes de fazer a obra, ou se fez a metade da obra e a gente paga o valor integral, ou paga a
394 metade? Ou a gente judicializa se ele não fez a obra? Essa é a questão, é muito fácil para a
395 nossa histórica administração pública. A Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria
396 Municipal me deve tanto, é muito fácil alegar dívidas que o Poder Público me deve. Agora,
397 estão batendo no Poder Público e não estão sabendo se defender na questão de gestão. É
398 muito CCs, os servidores públicos ganham mal, o executivo. Tudo isso tem que evoluir para
399 a questão de saber exatamente o que estou contratualizando daquele laboratório, daquele
400 hospital. Agora, tu não geres, aí quando não sabe quanto cada um produziu, por quanto,
401 vou pagar, não vou pagar, aí tem margem para a gente dizer. Nós fizemos um trabalho
402 gigantesco para que a Secretaria Estadual de Saúde contratualize com os seus hospitais de
403 forma adequada, correta, com controle e redução. Enquanto isso não houver há espaço
404 para dizer, então, que foi desvio, que não sei o quê. Não tem gestão, não tem dado. Então,
405 é muito fácil dizer que houver, mas isso é culpa de quem? Não quer dizer que houve desvio.
406 Tem que ficar claro. Não sei se fui claro. Quando não há comprovação significa que não
407 houve efetivo cumprimento dos contratos e de prestação de contas dos contratos, mas não
408 quer dizer que os exames não tenham sido feitos. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
409 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:**
410 Tem outras pessoas inscritas. Qual o seu nome? Luiz Eduardo, Carlos. Nós temos vários
411 inscritos, eu vou encerrar as inscrições agora, porque o Daniel tem horário. Então, tem o
412 Luiz, a Letícia, a Jussara Cony, Adalto, Terres, Gilson, Luiz e Carlos. É isto? Então, vamos
413 encerrar as inscrições. Vocês querem responder agora e a gente faz um bloco ou podemos
414 fazer todas as perguntas? **O SR. ERNO HARZHEIM – Secretário Municipal de Saúde e**
415 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Gilmar, o que a gente. Eu não posso prender uma
416 pessoa. Eu sou o Secretário Municipal de Saúde, o que está no meu alcance é instaurar
417 uma sindicância, apurar os fatos, como o Daniel muito bem disse, porque o que a gente tem
418 é uma não evidenciação de prestação de serviço. A partir daí tem que ser investigado
419 porque não está dado se houve ou não houve um crime. Eu não estou defendendo
420 ninguém, eu nem sei quem estava responsável por isso no momento. Não é uma questão
421 pessoal minha, só acho que devemos ter cuidado no país neste momento. A mídia julga e a
422 população lincha, a gente pode linchar aqui no Conselho também a pessoa já! Pega alguém
423 e a gente lincha, mas isso não me parece uma boa postura. Eu acho que a gente tem que
424 fazer uma investigação que tenha cuidado e que tenha base legal e constitucional. A nossa
425 constituição diz que as pessoas são inocentes até que se prove o contrário. Terres,
426 objetivamente, investir no público até a máxima resposta dele e depois seguir a 8080, se
427 necessário for, complementando com outros serviços. Ou seja, seguindo a lei da maneira
428 mais estrita possível. Fui objetivo? **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho**
429 **Regional de Serviço Social:** É objetiva. Contra a terceirização, o dinheiro como
430 complementar. **O SR. ERNO HARZHEIM – Secretário Municipal de Saúde e**
431 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Não, está é a tua colocação, tu estás colocando

432 palavras na minha boca. Eu estou dizendo que vou investir no público até a máxima
433 resposta que pode dar, com eficiência do dinheiro público, seguindo a lei, se necessário for
434 vai ser complementado. Eu não estou dizendo que sou contra ou a favor da terceirização,
435 de privatização. Isto não saiu da minha boca, por favor, o Humberto não tinha pergunta. **A**
436 **SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio**
437 **Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Luiz. Vamos cumprir os 3 minutos de fala. **O**
438 **SR. LUIZ AIRTON DA SILVA - CDS Eixo Baltazar:** A minha pergunta é para o Daniel. A
439 questão deste processo e dos laboratórios, tu falaste e depois o Secretário confirmou em
440 outras palavras a questão de que até provar o contrário não é culpado. Nós enquanto
441 controle social temos que ser mais resolutivos nos nossos encaminhamentos. Muitas vezes
442 a gente tenta mediar e sabemos que somos ludibriados. Muitas vezes a gente está
443 comprovado isso, nesse relatório que eu li, que o gestor contratou o serviço de laboratório
444 sem ter um contrato, e a lei é clara, tem que ter esses contratos, aí já está agindo de má fé.
445 É o meu ponto de vista enquanto controle social. Se tem uma lei que fala sobre isso e o
446 gestor tem todo um respaldo de assessores para dizer o que é certo e o que é errado.
447 Então, ele deve saber o que está fazendo. O meu ponto de vista é este. E a gente tem que
448 ver até onde podemos ir nessa discussão e avançarmos. Eu acho que tem mais coisas,
449 porque a população foi lesada, mas a decisão do Ministério é ir para frente e avançar,
450 deixar. O valor exato a gente nem sabe, porque não tem contrato, o laboratório deu
451 números, mas tem documentos que provam isso? Eu acho que é isso. **A SRA. MIRTHA DA**
452 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
453 **Coordenadora CMS/POA:** Letícia. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA –**
454 **CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** Boa noite a todos e todas. Boa noite, Daniel, mesa. Eu queria
455 trazer uma questão que me parece bastante importante. Quando a Coordenadora abre a
456 reunião ela o faz à luz de uma legislação, ela chama toda a legislação pertinente ao Sistema
457 Único de Saúde e ao nosso Conselho, o que diz respeito ao nosso Conselho. Ela fala na
458 8142, ela fala na Constituição, na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. E nós quando
459 começamos a fazer este trabalho aqui, em nome do Conselho de Saúde, que é através de
460 um grupo de trabalho, nós damos início a este processo através de uma provocação, muito
461 embora, como o Terres referiu, alguns conselheiros isoladamente, o Terres era um deles
462 até pela área que trabalhava, já vinha apontando essas questões aqui no Plenário;
463 especialmente nas avaliações dos relatórios de gestão da Secretaria. Nunca houve a
464 resposta. Isso data de 2005, 2006. Bem, ocorre que o DENASUS provoca o Conselho de
465 Saúde quando faz uma auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, lá pelas tantas aponta
466 nessa auditoria as falas do Conselho de Saúde, no que o Conselho tem que se ater. A partir
467 desse momento este Plenário é informado sobre este tema; ou seja, o Secretário da Saúde,
468 que faz parte deste Plenário como conselheiro é notificado das questões que precisa tomar
469 pé, com relação aos laboratórios. Isso já começou a ser feito desde essa época. Então, vou
470 me focar nas deliberações que o Conselho já fez, aí para a gente poder dar continuidade
471 para essas questões. Na reunião de 08/05/2014 para tratar este tema nós deliberamos que:
472 a SMS deverá em 15 dias apresentar ao Conselho os contratos com a UFRGS para a
473 realização dos exames oriundos do PACS e IAPI. Não apresentou. A SMS deverá em 30
474 dias apresentar ao Conselho cópias dos contratos com todos os fornecedores de
475 equipamentos e equipes para a realização de exames e diagnósticos. Não apresentou. A
476 SMS deverá apresentar ao Conselho como é feito o controle de qualidade nos exames
477 realizados nos 15 laboratórios que prestam serviço ao Município. Não apresentou, só
478 depois, já em 2015 porque nós chamamos a Vigilância aqui para perguntar, mas mesmo
479 assim é outra forma, não foi o que perguntamos aqui. A SMS deverá para em 30 dias
480 estudo que justifique a terceirização dos exames, diagnósticos e análises clínicas. Não
481 apresentou. O conselho recomenda à SMS que suspenda a tramitação de chamamento
482 público dos laboratórios até o retorno dos encaminhamentos. Também não fez.
483 Deliberações da reunião de 02/07/2015: criação de uma área na SMS que será responsável
484 pela elaboração de uma política municipal de exames, diagnósticos e análises clínicas.
485 Começou a fazer, indicou uma pessoa, mas não terminou. (Sinalização de tempo esgotado).

486 Cumprimento da Lei nº 8666, lei das licitações, para a contratação de laboratórios privados
487 para a realização de exames de forma a complementar o SUS. Realizar concurso público
488 para a contratação de profissionais para os laboratórios. Apresentação de um plano de
489 retomada gradativa de realização de exames de análises clínicas pelos laboratórios
490 públicos. Que a Vigilância realize vistoria no Laboratório Central e apresente o relatório de
491 fiscalização ao Conselho no prazo de 30 dias. Fez agora, no ano passado, em novembro.
492 Que eu saiba o Conselho ainda não recebeu este relatório. (Sinalização de tempo
493 esgotado). Troca imediata dos gerentes do laboratório. Acabou fazendo. E a revisão da
494 composição do GT da SMS de reestruturação dos laboratórios, propiciando a participação
495 dos representantes dos trabalhadores nesse GT. Também não permaneceu, foi criado,
496 houve problemas e não continuou. Depois, se der, eu falo de novo. **A SRA. MIRTHA DA**
497 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
498 **Coordenadora CMS/POA:** Jussara Cony. **A SRA. JUSSARA CONY – União das**
499 **Associações de Moradores de Porto Alegre:** Boa noite a mesa, aos conselheiros e
500 conselheiras. Eu queria complementar o processo que o Conselho Municipal estabeleceu
501 neste estudo que envolveu vários conselheiros, inclusive alguns colegas meus da profissão
502 farmacêutica. Quero ressaltar que foi um trabalho importante, com a representação do
503 Conselho no TCE e depois no TCU. Uma das questões fundamentais que deve envolver a
504 todos nós e nós temos consciência, sejamos gestores, prestadores e etc., é exatamente o
505 descumprimento da Constituição nesse ato e em todos outros sob ponto de vista da
506 complementaridade do setor privado. Nós temos que fortalecer o setor público e não
507 sucatear o setor público para justificar terceirizações e privatizações. Nós estamos vivendo
508 um momento muito difícil na nação brasileira sob o ponto de vista de soberania nacional.
509 *Bueno*, foi feito um acordão olhando para o futuro. Quero complementar que trabalharam o
510 passado para trabalhar o presente e jogar para um futuro mais promissor. Eu acho que esse
511 acórdão deixou a desejar. Cumprimento o Tribunal, porque o Tribunal vai monitorar as
512 recomendações, é o papel do Conselho Municipal. Eu acho que a sua relação com o gestor
513 atual, nós conhecemos o Secretário, trabalhamos juntos inclusive, onde deu uma
514 contribuição valiosa do Grupo Hospitalar Conceição, todo um processo da universidade com
515 o nosso trabalho. Quero propor além do monitoramento do Tribunal um monitoramento pelo
516 Conselho sobre as recomendações, porque isto é originário daqui. (Sinalização de tempo
517 esgotado). Já finalizo. A gente tem que ter responsabilidade, porque a atual gestão recebeu
518 algo dos gestores anteriores, é resolver as recomendações do TCU e entender o Conselho
519 como elemento estratégico de fiscalização e monitoramento sobre as recomendações.
520 Então, proponho o acompanhamento pelo Conselho desta sindicância que o Município fez,
521 temos que acompanhar, porque somos o controle social. Por fim, o encaminhamento onde
522 couber de punição aos gestores que sucatearam o público para justificar a privatização. O
523 controle social somos nós e nós temos que fazer esse encaminhamento para que não mais
524 aconteça e que não mais falte dinheiro para questões estratégicas. Não estou dizendo que
525 foi desviado, mas um dinheiro mal aplicado quando poderíamos estar aplicando para cada
526 vez mais melhorarmos os laboratórios públicos. É um trabalho conjunto, Secretário, e o
527 controle social pode ajudar, cabe respeito ao controle social. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
528 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
529 **CMS/POA:** Vou novamente solicitar, vocês não estão cumprindo os 3 minutos. Eu estou
530 nesse papel e tenho que fazer. Adelto. **O SR. ADELTO – Sindicato dos Municipários:** Boa
531 noite a todos. Eu vou apontar duas coisas e depois tenho uma pergunta para o Daniel. No
532 ano passado aconteceu uma denúncia que foi dirigida aos servidores públicos pela não
533 fiscalização das bocas de lobo que a Prefeitura estava pagando. Ela não tem relação exata
534 com a questão da saúde, mas é só para exemplificar. Na minha Secretaria, que é a SMIC,
535 estamos pagando desde julho para cá com contratação de gerador para gerar energia para
536 o prédio da Secretaria, que seria um custo que pagaria dois ou três guardas municipais para
537 fazer a segurança do prédio onde nós trabalhamos. É um milhão que foi gasto em meio ano
538 por conta de não ter tido garantia das questões de segurança em um prédio público, que
539 hoje o nosso secretário está correndo atrás. E jogam a culpa sobre os servidores públicos

540 que deixam de realizar os seus serviços. Isso demonstra que o controle social aqui
541 conseguiu apontar e fazer a tarefa dele para a realização, para fazer com que andassem as
542 coisas no sentido de ter fiscalização e controle público da coisa. Então, tem alguma coisa
543 que possa apontar para que o recurso público alocado tenha algum mecanismo mais claro,
544 mais preciso para que a gente possa ter de volta o recurso público? Eu vi o relatório e não
545 está apontado desvio de recurso público, mas o que está apontado é que foi colocado o
546 dinheiro para duas entidades privadas e foi colocado mais recurso para entidade privada
547 não filantrópica, que trabalha com o lucro. Uma das gestoras, que tem 80% da empresa,
548 financiou a campanha do Secretário. É isso, e o que foi passado para essa empresa fazer
549 de laboratório eram os exames que mais pagavam. Isso tem que ter consequência lá na
550 frente, de apontar que isso é desvio. Este gestor tem que ser responsabilizado, porque o
551 dinheiro é público, é nosso. Então, temos que apontar nesse sentido. O Tribunal poderia
552 ajudar para que a gente produzisse a legislação que possibilitasse um controle melhor dos
553 recursos públicos. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
554 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA: Terres de novo. O SR.**
555 **ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social: Nós estamos**
556 falando aqui de terceirização da saúde. Por ser contra a terceirização da saúde eu, a Letícia
557 e o falecido Paulo Rogério sofremos uma ação penal, crime, por defender o Sistema Único
558 de Saúde. Muitos podem dizer – Pô, vem de novo com essa história. Só que isso é muito
559 pesado para o controle social, quando a mão do Estado resolve agir com tamanha força,
560 que é penalizar o controle social, ou melhor, criminalizar, chamar de criminoso quem
561 defende o dinheiro público. Então, isso é uma premissa, que é a questão da terceirização.
562 Este é o resultado da terceirização, onde o Tribunal de Contas do Estado aponta lá que um
563 funcionário tem que devolver aos cofres públicos em torno de 1,2 milhões. Isto está no
564 Tribunal de Contas do Estado, tem que devolver, que responsabiliza também o gestor
565 público, a exemplo do que o Tribunal de Contas traz aqui, que lá no final coloca a
566 responsabilidade pela má gestão, que é do gestor público, a responsabilidade pela má
567 gestão. E a má gestão nos levou a quê? A beneficiar um laboratório chamado Laboratório
568 UNILAB. Isto está nos dois relatórios. Este UNILAB acabou fazendo em torno de 60%,
569 quase 80% dos exames privatizados. E este laboratório, Daniel. Não entrou no chamamento
570 público quando foi feito, o Laboratório UNILAB. No entanto, ele recebeu de brinde fazer os
571 exames do Hospital Independência, por isso que ele não entrou. Isso nós temos que
572 averiguar também, porque ele não entrou. Claro, nós estávamos denunciando o UNILAB, aí
573 ele não entra no chamamento público, recebe de presente todo o Laboratório
574 Independência para fazer. Então, eu acho que nós temos que continuar cobrando aquilo
575 que foi apontado pela Letícia e os outros encaminhamentos. Eu acho que a Coordenação
576 do Conselho tem que rever todo esse encaminhamento, trazer novamente para este
577 Conselho. Nós temos que fazer acontecer aquilo que já foi recomendado lá do outro lado. E
578 essa política ser construída, Letícia, esta política que nós estamos aqui apontados, foi
579 apontado pelo TCE e TCU, tem que passar por este conselho, tem que ser feito, passado e
580 analisado pelo controle social para ver se realmente está cumprindo com as
581 recomendações, não só do Tribunal de Contas, mas também o Tribunal de Contas da
582 União. Aí tem indícios, tanto nos dos tribunais, de improbidade administrativa, é isso que
583 acontece quando um gestor público não cumpre com o seu dever, que é de fazer a boa
584 gestão dos recursos públicos. Improbidade é crime e é aí que nós queremos chegar, de que
585 forma que os secretários anteriores têm que ser penalizados? Porque eu não estou aqui,
586 nenhum de nós está aqui de graça, porque temos que pagar a nossa passagem.
587 (Sinalização de tempo esgotado). Estamos aqui lutando de forma militante, responsável,
588 porque quer defender o SUS, aí vem para cá, depois o gestor vai lá, acaba não gastando
589 bem os recursos públicos, aí nada acontece. Então, é isso que nós temos que perseguir,
590 responsabilidade e apontar a improbidade administrativa. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
591 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
592 **CMS/POA: Gilson. O SR. GILSON – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal: Eu concordo muito com**
593 o que foi falado aqui, acontece que tudo que foi falado aqui eu acho que falta um pouco

594 mais de fiscalização da gestão para a coisa melhorar. Era só isso. **A SRA. MIRTHA DA**
595 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
596 **Coordenadora CMS/POA:** Luiz. **O SR. LUIZ:** Boa noite. Eu sou o mais antigo nos
597 laboratórios, na CSVC eu comecei, eu presenciei 90% de tudo. A primeira coisa o que é
598 mais importante de tudo, que eu falei lá no Conselho Local, o Conselho não pode deixar
599 isso passar batido. Houve desvio, houve desvio e terceirização mal feita. No relatório deles
600 se um especialista ou uma pessoa mais informada olha ali e já vê, no ano de 2012 foram
601 comprados 55 kits para fazer HIV, eu fazia HIV, eu faço HIV. Nunca foram feitos aqueles 55
602 kits. O que ocorria? Aí era a direção do gestor que passou lá anos sendo adorado pela
603 Secretaria, sendo bajulado pela Secretaria. O que ele fazia? Ele recebia metade, a outra
604 metade ele vendia, desaparecia. Então, o que houve? Nós temos que ter controle social em
605 máxima atividade aqui. Não pode deixar passar batido isso, não pode ser omisso, houve
606 desvio, houve falcatura. O Terres falou do Tribunal de Contas, daquele que foi desviado,
607 aquele não são 1,2 milhões, aquela pessoa e aquelas pessoas que passaram por lá, eu
608 conheço o laboratório há décadas, eles levaram de 3 a 4 milhões, tiraram o serviço de
609 pessoas, perseguiram, autoritários – O Casartelli me deu carta branca, eu faço o que quero
610 aqui dentro. Intimidavam as pessoas. Por isso que volto a insistir, este conselho não pode
611 deixar passar batido isto aqui, porque o Senhor Ministro ou do Tribunal de Contas, são
612 todos indicados politicamente. Não pode, isto é dinheiro da saúde. São espertos? Vão
613 roubar de burguês, não vão roubar de pobre aqui! (Aplausos da plenária). Eles não vão
614 roubar do Maurício Sirotsky, eles vêm roubar aqui de nós, porque eles enrolam e fazem a
615 confusão. Falta controle interno e controle social. A maioria dos funcionários lá quer
616 trabalhar, têm o seu espírito público, nós estamos lá porque nós queremos fazer alguma
617 coisa pela população, uma população carente e sempre quiseram acabar com o laboratório,
618 porque está longe, ninguém vê. Quem vem é para o Hospital de Pronto Socorro, Hospital
619 de Clínicas ou HPV, aquela população alijada, que ficava 10 horas esperando os exames de
620 laboratórios, com uma placa escrita – Laboratórios. Ficam 10 horas esperando porque eu
621 tinha que trazer para o HPS. (Sinalização de tempo esgotado). Não pode ficar nisso, o
622 Conselho tem que tomar isto, não pode deixar batida esta coisa. Era isto que eu queria
623 dizer. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do**
624 **Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Carlos. **O SR. CARLOS – GAPA/RS:** Boa
625 noite. Boa noite a todos e todas. Estou aqui como visitante pelo GAPA/RS, que é
626 conselheiro também, mas estou aqui como visitante. O meu questionamento é o seguinte,
627 que a gente vai muito na linha que a Jussara e o Terres colocaram, que é a questão da
628 terceirização. Este Conselho já se colocou várias vezes contra este processo, vem sendo
629 desrespeitado ao longo de todos esses anos por gestores que não respeitam nem a 8142,
630 nem a 8080, nem estão respeitando a 141. E esse relatório apresentado pelo Tribunal de
631 Contas em relação aos exames laboratoriais levanta várias questões de desrespeito a
632 essas leis do Sistema Único de Saúde. Só que é aquela questão assim, o público leva anos,
633 décadas para ser construído e para ser efetivado, mas ele é destruído da noite para o dia.
634 Depois tu reconstruíres isso, que a cada gestão destrói e na gestão seguinte fala que tudo
635 vai ser de acordo com os recursos disponíveis, a gente sabe que é sempre a partir dos
636 recursos disponíveis. Só que esses recursos disponíveis acabam sempre de alguma forma
637 privilegiando o privado e não o público. E não estou falando só da Prefeitura de Porto
638 Alegre, isso é geral no Brasil. E o que a gente vê hoje? Cada vez mais o público é
639 complementar ao privado. É isso que está acontecendo no Sistema Único de Saúde. E daí
640 vem um relatório do Tribunal de Contas que só olha para o futuro, ok, mas para que futuro
641 de fato nós estamos olhando? O futuro privatizado, futuro sem o público que foi destruído no
642 passado e nada acontece com quem destruiu o público no passado, porque levou muito
643 recurso nosso, de impostos nossos, do nosso dia a dia, para construir. Então, como fica
644 isso? Então, ok, acabou. Será? Ao mesmo tempo este Conselho aqui trabalhou durante
645 muito tempo nesse relatório, participou, fez o seu papel de controle social. E agora, quando
646 chega na hora do resultado, o gestor, que é responsável por tudo isso que aconteceu não é
647 punido. Agora, várias vezes eu escutei, desde que a 141 foi construída, que quando os

648 conselheiros não exercerem o seu papel eles serão punidos, mas o gestor prova a cada
649 reunião, a cada ano, a cada gestão que não é punido nunca. Então, isso é um pouco
650 desanimador. Nós vamos continuar fazendo o nosso papel, nós vamos continuar
651 defendendo público em relação ao privado... (Sinalização de tempo esgotado). Mas nós
652 precisamos que os órgãos de fiscalização também tenham seus pareceres, a técnica e não
653 só a questão política. O parecer de vocês é técnico, mas a resolução final é política e isso
654 não ajuda o controle social. Obrigado. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação**
655 **de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pedro. **O**
656 **SR. PEDRO RIBEIRO – Trabalhador do PACS:** Boa noite a todos. Eu fui testemunha,
657 participei do início desse processo, eu ouvi muitas vezes o colega do laboratório, que era
658 coordenador do Conselho de Saúde da Região Glória/Cruzeiro/Cristal. E a sugestão da
659 sindicância, que é o meio que a Prefeitura tem para se manifestar, que contemple isso,
660 porque o que o colega falou e muitos trabalhadores estão falando. O Daniel disse em outras
661 palavras que houve improbidade administrativa, porque não gerir corretamente, não ter
662 informações corretas e ter a capacidade de ser transparente, nós estamos falando de uma
663 capital com capacidade instalada para fazer isso, isso caracteriza quando não consegue
664 fazer. Eu queria me ater ao papel que embora estejamos falando fica pouco visível, que é o
665 Conselho Municipal de Saúde. Quem sabe fora daqui que essa ação, isso que movimentou
666 os tribunais de controle, que essa ação partiu deste Conselho. O Conselho Municipal de
667 Saúde de Porto Alegre tem várias ações que podem e devem ser nominadas, esta que é
668 uma das coisas mais importantes que aconteceu aqui do ponto de vista do controle social,
669 não só de Porto Alegre, mas do país, vai ser visibilizada de que maneira? Eu penso que não
670 só o Conselho, mas as instituições de modo geral, os tribunais envolvidos, a Secretaria e o
671 próprio Conselho devem dar visibilidade para isso. Esse é o resultado do trabalho de todos
672 nós e de muita gente. Quando o Gilmar faz a pergunta está dizendo – e nós o povo como
673 ficamos? A vizinha lá da vila vai ficar sabendo que isto que se faz aqui teve esses
674 resultados com um impacto tão grande. Então, essa é uma pergunta para todos nós, não
675 somente para a coordenação do Conselho. Os tribunais vão dar visibilidade ou já deram,
676 que esse resultado foi publicado nos seus meios de comunicação, é uma ação que partiu
677 daqui. O Conselho vai ficar anônimo depois de um ato assim muito importante como foi este
678 e outros atos? Eu provoço não só a Coordenação do Conselho Municipal, como provoço as
679 instituições envolvidas para que dêem visibilidade a este trabalho que teve este impacto,
680 esperamos que tenhamos outros. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de**
681 **Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Vou passar a
682 palavra ao Daniel. **O SR. DANIEL TOLEDO – Tribunal de Contas da União:** Eu vou dar
683 um apanhado de tudo que ouvi de traz para frente. Pedro, se fala muito do relatório do
684 Tribunal de Contas do Estado. O resultado da análise do Tribunal de Contas da União não
685 aponta desvio de recursos, ele aponta descumprimento da legislação do que se refere a
686 uma política, a terceirização dos laboratórios. Se o Tribunal de Contas da União e equipe,
687 se eu tivesse a conclusão de que havia débito, pode ter havido débito, mas não houve a
688 conclusão. Eu por obrigação funcional, e aí respondendo ao colega ali, quando que o
689 recurso volta? De instituir uma tomada de conta especial, que eu tenho que ver o valor
690 exato da quantia que foi desviada, quem desviou, buscar a responsabilidade e a devolução
691 desse recurso aos cofres da União. Isso pode acontecer recurso, o resultado da sindicância,
692 porque pode evoluir e dizer que efetivamente houve um débito de tanto e aí instaurar uma
693 tomada de conta especial, mandar para o Tribunal de Contas do Estado que vai fazer aquilo
694 que se refere ao dinheiro estadual ou municipal e ao TCU naquilo que se refere ao dinheiro
695 da União. Não houve conclusão de débito. O Tribunal de Contas da União não concluiu o
696 débito, ele concluiu o descumprimento de legislação, que fala no descumprimento de várias
697 e várias leis do Ministério da Saúde. Se isso demandava uma multa ao gestor, multa é outra
698 coisa que não foi feita e era o encaminhamento que a unidade técnica tinha proposto para o
699 Ministro. A audiência dos gestores, audiência, que demandaria se a justificativa não fosse a
700 contento. Se a unidade técnica encaminhasse pela punição do gestor resultaria em multa ao
701 gestor, não débito de "x" mil ou milhões. E os contratos? Sim, os contratos não existiam,

702 não são assinados. O que eu quero dizer é o seguinte, sem demonizar ou defender a
703 terceirização, o contrato é só o início do trabalho, a gente redige um contrato baseado em
704 estudos, falam em tanto, mas é só o início do trabalho. O contrato entre em vigor, alguém
705 tem que pagar mês a mês aquele contrato, mas baseado em quê? Em que prestação de
706 contas? Isso não é em Porto Alegre, isso é nos municípios. A terceirização da saúde é uma
707 realidade e a precariedade dessa terceirização é uma realidade maior ainda. A lei não
708 proíbe a terceirização, a lei diz que tem que ser feita com critério, com prestação de contas,
709 com complementaridade nesse caso, não por transparência de profissão. O desvio de
710 recurso ou a má gestão não está só em transferir para o privado. É bem claro, como o
711 Secretário comentou, que tem o laboratório público e tu subutilizares esse laboratório
712 público. (Falas concomitantes em plenária). É sucatear, isso, isso também é desvio. Assim
713 como também pode haver má conduta dos servidores que estão ali, ou no laboratório, ou
714 em qualquer empresa pública, aquilo é desvio de dinheiro ou má gestão, não por conta do
715 gestor, mas sim por conta do servidor. Não é? Então, o contrato é só o início de tudo. É
716 fiscalização e fiscalização. Tem que ter um estudo para ver se aquilo está legal, se estamos
717 pagando um valor legal, se não poderíamos estar transferindo para outro. Tudo isso se
718 pode fazer. Então, tudo que eu ouvi eu acho que consegui dar um resumo e responder a
719 todos. É a opinião do Tribunal. Agradeço a todos e vou ter que sair. **A SRA. MIRTHA DA**
720 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
721 **Coordenadora CMS/POA:** Enquanto Coordenação do Conselho Municipal de Saúde, a
722 situação dos laboratórios de análises clínicas é pauta constante do Núcleo de Coordenação.
723 Dentro desse levantamento do relatório do TCU nós acompanhamos e fizemos o nosso
724 papel de controle social, não só dentro da plenária, mas sim no Núcleo de Coordenação,
725 tanto que foi designada a área técnica dos laboratórios, os contratos e nós acompanhamos
726 os contratos nas reuniões das comissões da CAC, que é o acompanhamento dos contratos.
727 Pressionamos para organizar e encaminhar sindicância, tanto que foi somente em
728 dezembro, tanto com vários acompanhamentos e pressão que nós realizamos dentro do
729 Núcleo de Coordenação. Então, nós não retiramos a obrigação de Conselho Municipal de
730 Saúde. E eu vejo como encaminhamento, que quando foi apresentado esse relatório do
731 TCU nós também encaminhamos para todas as outras instâncias que foi encaminhado o
732 relatório do grupo de trabalho deste Conselho Municipal de Saúde. Então, já foi
733 encaminhado, assim que recebemos o Relatório do TCU, na mesma semana
734 encaminhamos processo aos demais órgãos de controle externo, o relatório do grupo de
735 trabalho do Conselho de Saúde. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional**
736 **de Serviço Social:** Um encaminhamento. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
737 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:**
738 Terres, vou estar agora passando a palavra ao Secretário, que a gente tem que garantir a
739 palavra... Não, não tem mais nada? então, Terres, mas breve, porque tu sempre se
740 estendes mais. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço**
741 **Social:** É um controle social, democrático acredito que deve ser democrático. **A SRA.**
742 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do**
743 **Sul e Coordenadora CMS/POA:** Mas temos regramento... **O SR. ALBERTO MOURA**
744 **TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** Vou pedir novamente que a
745 Coordenação do Conselho solicite, já foi aprovado na outra plenária, que solicite uma
746 reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que tem que julgar o relatório
747 do Tribunal de Contas. Então, quero reafirmar a esta Coordenação do Conselho que solicite
748 reunião, não é encaminhamento, é solicitar reunião e que insista na reunião com o
749 Presidente do Tribunal de Contas do Estado. E também uma reunião com a Promotoria aqui
750 da Santana, o Ministério Público, com a Dra. Liliane, que solicitou auditoria. Então, que
751 solicitem... **O SR. DANIEL TOLEDO – Tribunal de Contas da União:** Gente, com licença.
752 Obrigado, boa noite a todos. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de**
753 **Serviço Social:** Então, reafirmando o que já foi aprovado nesta Plenária, que é solicitar a
754 reunião, que tenha o acompanhamento da componente do GT das entidades que estavam.
755 Isso foi aprovado lá atrás e não foi efetivado até agora. Portanto, quero reafirmar isto como

756 encaminhamento. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
757 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Terres, primeiramente,
758 nós somos democráticos, mas a gente tem um regimento dentro do Conselho Municipal de
759 Saúde e eu preciso que tu obedeças, por favor. Nós temos um regimento dentro do
760 Conselho Municipal de Saúde, nós temos 3 minutos para fala e isto é algo que a gente
761 combinou. Nós temos um combinado aqui e peço para tu estares cumprindo. Este é um
762 espaço democrático sim, mas a gente tem que ter respeito com as regras que nós mesmos
763 designamos aqui dentro. Tá? Então, sobre o Tribunal de Contas do Estado nós já
764 solicitamos com o grupo de trabalho aqui mesmo neste Plenário e foi dito que não existe o
765 grupo de trabalho. Então, nós enquanto Núcleo de Coordenação estamos com a pauta dos
766 laboratórios. O Ministério Público do Estado, já estamos encaminhando e o Tribunal de
767 Contas do Estado também já solicitamos. Então, vamos encerrar esta pauta e vamos para o
768 parecer da Secretaria Técnica. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS**
769 **Glória/Cruzeiro/Cristal:** Para a Câmara Municipal também. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
770 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
771 **CMS/POA:** Nós já encaminhamos. Todos os encaminhamento já foram executados. **A SRA.**
772 **MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** E os demais? **A**
773 **SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio**
774 **Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Todos já foram encaminhados. **A SRA.**
775 **MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** E quando vai
776 voltar para o Plenário? **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
777 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Podemos estar
778 informando o Plenário de todos os encaminhamentos que foram dados, o retorno dos
779 encaminhamentos a gente vai dando de informe aqui neste Plenário. **A SRA. MARIA**
780 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** Vamos marcar uma data
781 para esta plenária. Eu penso que a gente deve encaminhar uma data de retorno desta
782 questão no Conselho, não vamos encerrar sem nenhuma deliberação, senão fica solto. **A**
783 **SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio**
784 **Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** A deliberação quanto aos encaminhamentos,
785 a gente vai estar dando um informe dos retornos para este plenário. **A SRA. MARIA**
786 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** Marca uma data de
787 retorno. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do**
788 **Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Mas novamente uma data para os
789 laboratórios? Nós vamos definir em reunião do Núcleo e depois... **A SRA. MARIA LETÍCIA**
790 **DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** A definição é aqui, o plenário do
791 Conselho é deliberativo, o Núcleo não é. Sinto muito! **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER**
792 **– Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
793 **CMS/POA:** O Núcleo dentro das suas atribuições... (Manifestações da plenária fora do
794 microfone). Por favor, vamos continuar a pauta, porque temos ainda... **A SRA. MARIA**
795 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** O Plenário do Conselho é
796 deliberativo. Este Conselho, que fez parte do grupo de trabalho não teve nenhum momento
797 para poder falar, teve os seus 3 minutos cortados, assim como o Terres. Então, nós
798 queremos propor que tenha um prazo para retorno. O Núcleo não é deliberativo. **A SRA.**
799 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do**
800 **Sul e Coordenadora CMS/POA:** Letícia, com licença. Nós estamos em uma plenária, que
801 tem uma rotina, um regimento, que não fui eu que inventei, foi uma rotina que esta
802 plenária tinha feito e os 3 minutos foram consagrados, quando eu nem estava no Conselho
803 Municipal de Saúde. Então, nós enquanto Coordenação da Mesa gostaria de ter respeito no
804 mínimo de estar cumprindo os 3 minutos. (Manifestações da plenária fora do microfone).
805 Posso continuar, Letícia? **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de**
806 **Serviço Social:** Desde que se cumpra o regimento! **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
807 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:**
808 Eu posso continuar? **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS**
809 **Glória/Cruzeiro/Cristal:** Não. Enquanto a senhora não cumprir o regimento e não fizer a

810 deliberação proposta a plenária não vai continuar. Nós temos que deliberar... **A SRA.**
811 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do**
812 **Sul e Coordenadora CMS/POA:** Eu posso continuar, Letícia? Eu não estou falando que
813 não vou continuar o encaminhamento. Com licença. Vocês estão desmobilizando o
814 movimento da plenária. (Manifestações da plenária fora do microfone). Por favor, Jussara e
815 sem ficar falando fora do microfone... Jussara Cabeda! Então, a plenária que é soberana
816 está solicitando, e não é a plenária, é uma das conselheiras deste plenário que está
817 solicitando uma data de retorno para este plenário. Então, quero ver... **A SRA. MARIA**
818 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** Sessenta dias. **A SRA.**
819 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do**
820 **Sul e Coordenadora CMS/POA:** Vamos colocar para maio de 2017, porque já temos
821 quatro pautas designadas. Temos o PAS, o Grupo da Atenção Básica e a Programação do
822 Plano Municipal. Então, vai ficar para maio, mas não vai ser pauta única, porque temos mais
823 pautas. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:**
824 Tem que colocar em votação para constar em ata. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
825 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:**
826 Em votação que aprova que tenha retorno do GT dos Laboratórios em maio de 2017 que
827 levante o seu crachá. Dos encaminhamentos, das deliberações do plenário sobre as
828 análises clínicas. (Contagem de votos: 34 votos favoráveis). Contrários? Abstencões? Cinco
829 abstencões. APROVADO. Retorno sobre análises dos laboratórios, retorno em maio de
830 2017. Agora o parecer da Secretaria Técnica. **PARECERES: 01/17 – SMS - Adesão ao**
831 **incentivo de custeio da Central de Regulação de Consultas e Exames.** Quem está
832 representando é o próprio Secretário. Pode ser, Erno? (Leitura do Parecer nº 01/2017).
833 Alguma consideração do Plenário? Questionamentos? Então, em regime de votação, quem
834 é favorável à habilitação da Central de Regulação de Consultas e Exames levante seu
835 crachá. (Contagem de votos: 37 votos favoráveis). Contrários? Abstencões? Uma
836 abstencão. APROVADA a habilitação da Central de Regulação de Consultas e Exames da
837 Secretaria Municipal de Saúde. Informes, Maria Letícia, 3 minutos. **INFORMES. A SRA.**
838 **MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** O meu informe é
839 bem rápido. Na semana passada fizemos uma reunião aqui, onde foram apresentados
840 diversos temas relativos a nossa Vigilância em Saúde. Nós tivemos uma bela apresentação
841 do trabalho da Vigilância Sanitária, que é reconhecido por este Conselho ao longo dos anos.
842 Isto nós temos dito, nós temos avaliado isso no nosso relatório de gestão. Inclusive, um dos
843 apontamentos feitos nesse relatório de gestão, especialmente na questão das
844 recomendações ao Prefeito, nós temos observado a falta de servidores na vigilância,
845 inclusive um dos apontamentos foi relativo à questão de constituir, fazer um diagnóstico de
846 recursos humanos, que eu acho que está sendo feito pela gestão. Era a Cristiane que
847 estava a frete disso, não sei se foi concluído ou não. Tá? Mas eu acho que está andando. Aí
848 me causou surpresa, vem aí a minha pergunta, que eu fiquei sabendo que o Guaraci, que é
849 uma das pessoas que compõe o trabalho da vigilância, especialmente o trabalho que foi
850 apresentado de educação popular, foi requisitado pela Secretaria da qual ele é oriundo, que
851 eu acho que é o DMAE, está solicitando o Guaraci de volta. Então, eu queria pedir ao
852 Secretário, à luz de todo esse trabalho que é feito pela vigilância, pelas recomendações que
853 o Conselho tem feito em relação a isso, de manter o Guaraci aqui, até porque é um servidor
854 que vai sair da Saúde para o DMAE, vai voltar ao DMAE, que até onde eu sei é uma
855 entidade superavitária, que tem dinheiro bastante. Então, não sei qual é a falta que vai fazer
856 para o DMAE. Era isso. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
857 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Jussara Cabeda. **A**
858 **SRA. JUSSARA CABEDA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** A gente quer apresentar a
859 nossa discussão do Conselho Distrital de Saúde ontem, onde a nossa pauta era segurança,
860 lembrando que o próprio Secretário esteve lá quando tratamos do tema, dizendo que não
861 era unicamente o prédio do PACS que tinha que fazer segurança. Então, temos um caso
862 sério, porque foi feita a Av. Tronco e não foi terminada. Ali eles destruíram uma galeria que
863 tinha e atualmente está esfacelada, cada vez que chove alagam as casas. Temos um vídeo,

864 mas pelo horário não vai dar para passar. As casas estavam com água pela cintura,
865 destruiu tudo que as pessoas tinham em casa. Receberam doação, mas choveu e de novo,
866 alagou tudo. Então, falta à ação da SMOV, de quem tem que fazer. Só que aconteceu uma
867 coisa, o pessoal estava reunido fazendo protesto sobre isso e a Brigada chegou, correu o
868 pessoal, jogando gás lacrimogêneo, inclusive dentro da casa das pessoas. Então, é uma
869 questão que vamos encaminhar na Câmara de Vereadores. Só para dizer que a nossa
870 preocupação com a segurança, terça-feira ficou bem claro, tem um contrato milionário da
871 segurança particular e os seguranças não estão na frente. E no dia que queimaram o
872 ônibus, por acaso a Guarda Municipal que sempre está lá não estava e os seguranças
873 ficaram atrás das portas, não foram para a frente para defender as entradas do prédio.
874 Então, temos que ter segurança nas três entradas que não está tendo. A gerência propôs
875 um trabalho, trabalhar como as pessoas devem agir em um momento de crise, porque o gás
876 lacrimogêneo entrou no prédio também, as pessoas ficaram afogadas lá dentro. Então, a
877 gente tem que fazer toda uma discussão e um plano bem sério sobre a segurança do prédio
878 todo. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio**
879 **Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Gilson Nei. **O SR. GILSON NEI – CDS**
880 **Glória/Cruzeiro/Cristal:** Boa noite. Eu estou com o ofício da Osmar Freitas, que estavam
881 pedindo um odonto. Custaram muito a fazer a obra, a obra está pronta, só falta o odonto.
882 Esse Osmar Freitas vai atender a Orfanatório e a Anita também, só falta o odonto, a sala
883 está pronta. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional**
884 **do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Luiz. **O SR. LUIZ AIRTON DA SILVA -**
885 **CDS Eixo Baltazar:** Secretário, é uma demanda antiga, da outra gestão, pediram para eu
886 voltar a falar aqui, que é referente a dois postos de saúde na Eixo Baltazar, que é a UBS
887 Rubem Berta e a Passo das Pedras. Esses dois conselhos locais já encaminharam as suas
888 demandas, que é a falta de profissionais nos postos de saúde, que tem uma vasta área de
889 abrangência, diferente das estratégias. É uma população carente ali e que necessita de
890 uma atenção da secretaria, não fomos contemplados com os médicos naquela região e eu
891 acho que deve estar na visão do Prefeito, porque na campanha ele prometeu postos até às
892 22 horas, foi feito projeto para um dos postos ir até às 22 horas, mas está com carência de
893 profissionais lá. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
894 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Gilmar. **O SR. GILMAR**
895 **CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro:** Vai ter um curso no CPCA para os haitianos, e a
896 PUC e a Paróquia Santa Clara que estão dando. É dia 11/03 que inicia o curso, é de
897 português para os haitianos e senegaleses. E vamos ter uma audiência pública, dia 17/03,
898 às 19 horas, a respeito da previdência social. Vai estar neste dia o Henrique Fontana, a
899 Maria do Rosário e fizeram convite para o Ministério Público, encaminharam um documento,
900 que eu achei meio estranho, também para o Seu Alceu Moreira, para ir lá nos dar
901 explicação, mas acho que ele não vai. (Risos da plenária). Eu acho que ele é o relator, né.
902 Então, é dia 17/03. Antes de encerrar quero mostrar como ficou a Panorama. Olha como era
903 antes o nosso posto (slides). O nosso posto era assim, pessoal. Foi uma luta de 10 anos
904 suados e nós temos que acreditar. Eu não estou naquela foto. (Aplausos da plenária).
905 Quero agradecer, quando nós fomos discutir a planilha de obras aqui, Secretário, a gente
906 teve muitos embates. Então, quero agradecer pela compreensão dos conselheiros, que às
907 vezes a gente saiu brabo daqui, arrancando os cabelos, mas aconteceu. Obrigado e está aí
908 a nossa unidade. Uma luta de 10 anos. Só vamos ter que resolver com o Secretário o
909 problema dos funcionários. Obrigado. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação**
910 **de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Aloysio
911 Schmidt. Não? Patrícia Ribeiro. Hoje é o último dia da Patrícia. A gente está com muito
912 pesar, se a gente pudesse estar articulando outra forma ia estar, mas há regramentos
913 dentro da Prefeitura, ela não venceu, não ganhou a licitação. Então, passo a palavra para a
914 Patrícia. **SRA. PATRÍCIA COSTA RIBEIRO – Serviço de Taquigrafia:** Boa noite. Eu
915 resolvi escrever em poucas palavras o que vivi aqui. Infelizmente, hoje venho me despedir e
916 aceitar que é a hora certa de parar e descansar. E aqui uma pequena prestação de contas:
917 de 2013 a 2016 foram 114 atas, aproximadamente 2.830 páginas (de uma média de 25

918 páginas). Então, infelizmente, hoje venho me despedir e aceitar que é a hora certa de parar
919 e descansar. Há 15 anos estou nos Conselhos Municipais e há 15 anos sem férias. Isto se
920 refletiu nos últimos anos em um esgotamento mental e físico, a ponto de não estar
921 cumprindo satisfatoriamente meu trabalho. Peço que me desculpem por qualquer
922 contratempo ocasionado. Minhas amadas e infinitas atas, que sempre cuidei que fossem o
923 retrato fiel de todas as plenárias. Este é o sentido da taquigrafia, dar vida e transparência às
924 letras frias de um simples papel. Vocês receberão uma competente empresa para o próximo
925 ano, estarão bem atendidos, com bons profissionais, mas jamais com o amor e carinho que
926 tenho. Levo comigo cada um de vocês, desde aqueles que apenas troquei sorrisos, um
927 simples “boa noite”, até aqueles que se tornaram parte da minha vida pessoal. O Conselho
928 de Saúde foi uma escola, aqui compreendi que o SUS não é apenas o postinho de saúde do
929 bairro. O SUS come e dorme dentro dos nossos lares, está em tudo, por isso a importância
930 de lutar por ele. Uma das regras de um bom profissional é não se envolver, mas não sou
931 uma máquina, taquígrafo com o coração. Eu me envolvi com cada história deste Conselho.
932 É a faculdade de vida da Dja e de tantos outros que dão aula para muitos doutores. Foi a
933 paz nas meditações da Mirtha. Foi meu grito de alegria contido junto com o Gilmar na
934 comunicação de recebimento do seu raio-x. Foi o sentimento de amor do Seu Citolin pelo
935 Conceição. É o choro da Maria Letícia trancado na minha garganta, choro que me toca a
936 alma, porque é o choro dos brasileiros, da mágoa, da revolta, da vontade de mudar este
937 quadro em que se encontra o nosso país. Choro este que não contive na perda do nosso
938 querido Conselheiro Paulo Goulart. Então, não teve como não amar este Conselho e as
939 engrenagens de tudo isto, que é o Anderson, a Joana, o Brígido, as carinhosas estagiárias e
940 a sábia Heloísa. Este foi o meu nível de concentração e atenção em vocês, como uma
941 grande carga de energia recebida e sentida de cada um. Deixo minha gratidão ao Conselho
942 Municipal de Saúde. Vocês sempre dizem: “Viva ao SUS!” Mas o “viva” é a cada um de
943 vocês que estão aqui. (Aplausos da plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
944 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:**
945 Pessoal, ainda não encerrou. Agradeço, Patrícia, do fundo do coração, foi um momento
946 bem importante tu participares da festa de encerramento do Conselho Municipal de Saúde.
947 a gente aprendeu a gostar de ti, assim como tu conheces a gente, como falaste, a gente
948 também já te conhecia quando chegavas. Então, muito obrigada, eu agradeço e que a gente
949 possa ter um retorno em breve para este conselho, que a gente possa continuar o trabalho
950 em conjunto. Erno. **O SR. ERNO HARZHEIM – Secretário Municipal de Saúde e**
951 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Eu vou responder primeiro aos informes de vocês,
952 porque depois tenho alguns da Secretaria. Maria Letícia, eu já recebi esta solicitação, a
953 gente está tentando reverter, tá? O pessoal da Vigilância já me informou e tal, eu sei o que
954 ele faz lá. Não estou prometendo nada, eu vou ver o que conseguimos fazer. A questão da
955 segurança, a gente vai ter uma reunião com o Secretário quanto às obras agora, não é,
956 Jussara? E eu tenho certeza que uma obra inacabada acarreta mais problemas de
957 segurança, como tu te referiste agora. Uma via expressa daquelas pode melhorar o fluxo na
958 região e tal, ajudar no desenvolvimento local. Além disso, essa pauta com o Sabino, só para
959 informar vocês, tem a ver com um melhor cuidado das nossas unidades básicas por parte
960 do serviço, sob o guarda-chuva da Secretaria do Sabino. A gente cortou a grama da
961 unidade lá da Restinga... Ajuda, Djanira... No Núcleo Esperança. Nós visitamos a
962 Orfanatório na sexta para colocar a câmara fria de vacinas. Estava toda suja em volta, a
963 grama estava alta também. A gente cortou, falei com o enfermeiro, ele disse que já tinha
964 solicitado várias vezes. Então, não depende eu saber que a grama está grande para ser
965 cortada, né. Se eu tiver que mandar cortar grama alguma coisa está errada. Vocês
966 concordam, né. Então, esta matéria está descentralizada nos territórios, tudo bem, quando
967 eu vou a uma unidade tento implementar a melhoria que é possível e imediata, mas isso
968 não pode ser assim. Eu não estou falando que a gente cortou a grama de todas as unidades
969 como se fosse uma vantagem, não, foi mais uma demonstração de que a gente tem que
970 melhorar as unidades. E quando a capina passa na rua não entra na unidade, é um
971 equipamento público. Então, quando passar a capina entra no terreno da unidade, né,

972 porque é nosso. A gente não tem uma resposta imediata para o odonto, tá, Gilson? Lá na
973 Osmar Freitas. A gente chamou uma odontologista no chamamento da semana passada,
974 saiu no DOPA de hoje a lista dos candidatos que a gente falou na semana passada. Está
975 aqui já, agora vamos torcer para que todos venham se apresentar, tragam a documentação
976 e depois sejam contratados. (Manifestações da plenária fora do microfone). **A SRA.**
977 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do**
978 **Sul e Coordenadora CMS/POA:** Jussara, não dá para falar fora do microfone, não dá, é
979 assim! **O SR. ERNO HARZHEIM – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador**
980 **Adjunto do CMS/POA:** Eu não tenho resposta para ti agora, porque não tem cadeira na
981 Castelo, a gente tem que ver o que pode fazer ali. A Rubem Berta e Passo das Pedras, tem
982 processo para chamar profissionais, mas isso não significa grande coisa, né. Eu não vou
983 dar respostas burocráticas a vocês, como eu prometi no primeiro dia. A gente não tem
984 nenhuma capacidade no momento de estar repondo profissionais via chamamento de
985 concurso de servidor, com exceção de condições que melhorem a relação econômica que a
986 gente está neste momento. Nós estamos chamando 12 pediatras para trabalhar nos três
987 prontos atendimentos próprios aqui da Prefeitura. Eu nem tinha comentado isso com vocês,
988 aproveito para já fazer este informe, que a gente está trocando uma terceirizada. Viu,
989 Terres, por servidor. (Aplausos da plenária). A Lomba, o PACS e a Bom Jesus. É mais caro
990 a gente ter o emergencial, essa terceirizada, onde tem que chamar o pediatra, né. Então, é
991 uma vantagem econômica a gente chamar o servidor nesse problema. Vocês vão reclamar
992 de mim, vão falar e falar que eu falo na questão econômica. É o ônus e o bônus, a gente
993 tem que pagar o ônus, eu não vou empurrar o ônus. Essa vai ser uma diferença. Seria muito
994 fácil eu pegar a minha barriga, diminuindo um pouco desde que eu assumi, mas ela era bem
995 mais graúda, que bom que está diminuindo, porque a gente poderia empurrar o ônus, é bem
996 fácil, é só continuar fazendo contrato desse jeito que a gente empurra o ônus, nós não
997 vamos empurrar o ônus, a gente vai quitar o ônus, porque o ônus e não sei se é quitável,
998 talvez seja, mas pode melhorar um pouco, né, pode voltar a crescer com a arrecadação,
999 aumenta a arrecadação do Tesouro. Isso é uma coisa que a gente não pode fazer – Ah,
1000 não, vamos aceitar isso, vamos entrar em outra situação de risco e criar mais um ônus para
1001 a Secretaria Municipal de Saúde, porque a gente tem certeza que a gente vai arrecadar
1002 mais no ano que vem. Isso eu não vou fazer. Então, é começar a quitar o ônus. A
1003 Panorama, meus parabéns! Vamos ver se vai ser lá, é uma boa opção para as 22 horas,
1004 mas nós não estamos com isso definido ainda. A gente visita uma unidade por semana, o
1005 Gabinete, fomos na Orfanotrófio na semana passada, na outra o Alto EMBRATEL, já fomos
1006 na Osmar Freitas. Nas duas primeiras semanas não fomos a lugar nenhum, ficamos
1007 trancados aqui tentando entender um pouco o funcionamento da casa, mas vamos no
1008 Guarujá amanhã, porque tem aquela questão de extrema violência no Morro do Sargentos,
1009 talvez um deslocamento temporário da equipe do Morro dos Sargentos para o Guarujá. A
1010 gente vai lá conversar com as pessoas para encaminhar uma solução, ver as posturas
1011 diferentes entre o Conselho Local e o Conselho Distrital. Então, vamos ver no que a gente
1012 evolui nessa questão. O que ficou pendente? Os meus próprios informes. Eu já falei um,
1013 que é a questão do DOPA e das contratações. Eu comentei a questão do GT de Saúde
1014 Mental na minha outra manifestação. Nós estamos trabalhando para apresentar a vocês
1015 uma nova política de saúde mental. Então, a gente teve, eu acho que uma conversa com
1016 bastante consonância, mas o que eu pedi para a gente elaborar é um detalhamento maior,
1017 que talvez caiba mais no plano municipal de saúde do que na política, mas mesmo na
1018 política algum detalhamento para a gente ter as ações mais concretas, e aí a gente não é
1019 apontado por não ter como medir as coisas. Isso é responsabilidade dos servidores também
1020 e não só do gestor. No momento em que a gente desenha uma política, tem um GT com a
1021 participação do Conselho e dos servidores, que não envolve diretamente o gestor, esse GT,
1022 essa política tem que dar condições de medir o que ela faz, porque se ela é texto, ela vira
1023 uma contratação de texto e depois vem o TCU e diz que a gente não consegue contar as
1024 coisas. Eu já disse isso também, fazer uma análise indicativa dos processos não é o
1025 suficiente, mas é completamente essencial, tem que ser o primeiro passo. Se a gente não

1026 tem uma avaliação quantitativa do que a gente vai fazer, seja uma política, seja uma
1027 contratação, o que a gente coloca de subjetivo e qualitativo em cima, não tem nenhum
1028 valor, porque a gente não consegue contar quando aparecer o problema. É aí que dá relato
1029 – Ah, não, mas eu fiz; mas me disseram; eu contei, estava bonito, estava feio. Em algum
1030 momento tem que colocar um pauzinho em cima do outro, tem que ter número, inclusive da
1031 saúde mental. Indo para a saúde mental, o atendimento das crianças e adolescentes no
1032 PACS, problema de 8 anos, né. Quando me colocaram ele, a gente ficou com a impressão
1033 que o troço estava acontecendo há 6 meses, né, mas não, tinha 8 anos. A gente começa o
1034 processo de qualificação entre os dois plantões em março, junto com a equipe de psiquiatria
1035 do Presidente Vargas. Março é amanhã, né, é semana que vem, Carnaval, é março. Tem 6
1036 dias uteis até chegar a março. E tem gente de férias, né, todo mundo reconhece essas
1037 questões. Em março a gente tem 4 leitos para crianças de 6 a 12 anos do HPV, que não
1038 tínhamos, para dois meninos e duas meninas. Então, já é um acréscimo. São 4 leitos para
1039 meninas de 14 a 17 anos e o resto dos leitos a gente está trabalhando, pelo menos a gente
1040 está trabalhando, não temos nenhuma resposta neste momento. É em março, tudo a partir
1041 de março. A regulação clínica que a gente comentou que quando indicar internação vai ter
1042 que discutir com a psiquiatria infantil do HPV para ver se está indicada. Eu também disse
1043 isso na minha manifestação, a gente cria demandas que não são reais, daí a gente não
1044 consegue dar conta de todas, só se a gente conseguir criar as demandas de maneira mais
1045 adequada, talvez os recursos que a gente tem não sejam tão insuficientes o quanto
1046 parecem, né. Então, isso nem começa em marca, não 24 horas, tá? Porque não tem essa
1047 cobertura do HPV, mas tem um horário bastante ampliado. Durante o horário comercial sim.
1048 Então, se chegar uma criança lá a meia noite nós vai ter com quem falar até de manhã. Se
1049 a criança está com indicação de internação, também tem algum procedimento que vai se
1050 fazendo até passarem-se as horas, até conseguir fazer a discussão, aí faz a discussão do
1051 horário. Se a gente conseguir expandir isso melhor. Uma coisa casa com a outra, para ter
1052 mais leitos lá significa ter mais psiquiatria lá, com mais psiquiatria lá aumenta a regulação,
1053 mas a gente não consegue resolver o problema de 8 anos em 46 dias. E a última, nós
1054 recebemos a família do Paulo na sexta-feira seguinte, após a bonita explanação que vocês
1055 fizeram aqui. Foi o irmão e a esposa dele ao Gabinete, conversamos, expomos todo o
1056 detalhamento do processo administrativo e indicamos o ponto que eles têm que abordar em
1057 relação ao processo administrativo para tentar rever a questão da pensão dela. Também
1058 nos colocamos à disposição deles, qualquer dúvida que tenham para a gente poder ajudar.
1059 Isso está na SMA, tem que pegar o processo na SMA, a gente não pode fazer interferência
1060 nisso, porque pode ser mais prejudicial do que benéfico. Se eu cometo um ato que não é
1061 legítimo da minha parte nesse processo, isso prejudica o andamento administrativo. Então,
1062 eles foram bem orientados, falamos de como devem fazer as coisas, demos sugestões,
1063 entregamos o estatuto do servidor, apontando claramente os pontos que eles podem
1064 trabalhar. Talvez eles falem com vocês, procurem um advogado. Achamos que é
1065 interessante conversar com um advogado, porque nas coisas burocráticas todo mundo se
1066 perde. Então, o que a gente pode fazer a gente fez e continuamos à disposição. Era isto,
1067 muito obrigado. Boa noite a todos. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de**
1068 **Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pessoal, eu
1069 preciso dar só um informe sobre o Plano Municipal de Saúde. Foi discutido em várias
1070 gerências distritais. O Núcleo participou de todos até este momento. Então, foi organizado
1071 dentro do Núcleo de Coordenação que vai ser entregue pela gestão o plano até o final de
1072 fevereiro, com o plano pronto vamos discutir nos conselhos distritais e nas comissões do
1073 Conselho Municipal de Saúde. Então, em março de 2017 vai retornar com as propostas e
1074 demandas dos conselhos distritais e das comissões para a primeira plenária de abril. Então,
1075 este era o encaminhamento. Houve reuniões da Conferência Municipal da Saúde da Mulher,
1076 a próxima reunião da comissão temática é segunda-feira, às 16 horas e da comissão
1077 organizadora vai ser às 18 horas. Nós estamos acordando que a gente possa estar
1078 fechando a nominata da organização até quarta-feira para encaminhar ao DOPA. Tá,
1079 Secretário? Tem que encaminhar. Encerramos a plenária, mas antes eu gostaria de estar

1080 frisando enquanto Coordenadora eleita deste Conselho Municipal de Saúde com alguns
1081 conselheiros, porque eu respeito a todos aqui, a todos, eu dou a palavra a todos, só que eu
1082 também gostaria de ter este respeito desta plenária para comigo enquanto coordenadora do
1083 Conselho Municipal de Saúde, eleita por este conselho. Muito obrigada. **A SRA. MARIA**
1084 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** É só respeitar o
1085 regimento, respeito a gente conquista, a gente não obriga a ter. (Falas concomitantes em
1086 plenária). Encerram-se os trabalhos do plenário às 21h15min.

1087

1088

1089 **MIRTHA DA ROSA ZENKER**
1090 **Coordenadora do CMS/POA**

DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO
Vice – Coordenadora do CMS/POA

1091

1092

1093

ATA APROVADA NA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA 22/06/2017